

Jobim aponta risco para Orçamento

O deputado Nelson Jobim (PMDB/RS) vai dizer hoje na reunião de lideranças que discutirá o destino da revisão, que o adiamento das votações da reforma compromete a votação do Orçamento da União. O relator-geral da revisão pretende com isso evitar que o início das votações seja jogado para depois do Carnaval. Os líderes se reúnem hoje com o presidente do Congresso, senador Humberto Luce- na (PMDB/PB), da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE) e com os relatores, para fechar o acordo de priorização da revisão na próxima semana.

Segundo Jobim, o Governo incluiu no Orçamento de 1994 o Fundo Social de Emergência, que será criado após a aprovação da emenda constitucional apresentada. "O Fundo aparece no Orçamento, mas só passará a existir depois que o Congresso Revisor votar a emenda", explica. "A votação do Orçamento, portanto,

depende da votação desta emenda constitucional". O Fundo de Emergência é polêmico porque prevê retenção de transferências da União aos estados e municípios. Segundo Jobim, além de votada e aprovada, a emenda tem que ser promulgada para entrar em vigor. "O processo leva no mínimo duas semanas. Por isso temos que começar a votá-la antes do Carnaval".

Prorrogação — O relator da revisão admitiu ontem pela primeira vez a possibilidade de prorrogação do prazo final dos trabalhos, previsto para 15 de março. "Todo atraso representará uma possível dilatação no prazo", ponderou. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira também admitiu a necessidade de prorrogação dos trabalhos. Inocêncio garantiu ontem que irá se empenhar pessoalmente para garantir o quórum nas votações da revisão. "Vou empreender um esforço especial para que o Con-

gresso se dedique à revisão na próxima semana", anunciou.

O empenho dos líderes para evitar o adiamento das votações para depois do feriado de Carnaval se justifica pelo temor de que o processo não vingue, com a proximidade da campanha eleitoral. "Se ficar para depois do Carnaval, acabou a revisão", afirmou ontem o líder do PSDB na Câmara, deputado José Serra (SP). O líder do PFL na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (BA) acredita que o importante é começar a votar. "O que atrai o quórum é colocar a matéria na ordem do dia e começar a votá-la", argumenta.

Em reunião ontem com cerca de 80 parlamentares, o PMDB decidiu priorizar a reforma constitucional a partir da próxima semana, fazendo com que o processo deslanche. Nesse período seriam votados os pareceres menos polêmicos, como a redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos.